

# Turismo no espaço rural em Portugal

**Esmeralda LUÍS**

Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa  
Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa

Tel.: +351.217933919

Fax : +351.217977759

e-mail: esmeraldaluis@yahoo.com

## Resumo

*A actividade turística tem uma importância inegável no mundo de hoje. Neste sentido, o turismo é visto como uma possibilidade para fazer face aos problemas que as áreas rurais enfrentam. Assim, é frequente esta actividade constituir um dos vectores das estratégias de desenvolvimento pensadas para estas áreas, embora por vezes se criem demasiadas expectativas.*

*As novas preferências turísticas, que valorizam as tradições, as paisagens, o lazer, contribuem para a emergência das áreas rurais como destinos turísticos promissores. Em Portugal, o designado Turismo no Espaço Rural (TER) explora recursos associados ao modo de vida rural, com uma oferta de alojamento e de outras actividades (restauração, animação), enquadrada em paisagens naturais, históricas e culturais. O desenvolvimento desta actividade, satisfazendo as novas preferências turísticas, é assim encarado como uma boa opção para o desenvolvimento das áreas rurais.*

*Portugal despertou recentemente para esta realidade. Quando foram dados os primeiros passos no TER? E em que consistiram? Que apoios financeiros lhe têm sido concedidos? Que evolução teve o TER? Que perspectivas se afiguram? Estas são as principais questões abordadas neste artigo.*

**Palavras-chave:** Áreas Rurais, Turismo no Espaço Rural (TER), Modalidades de TER, Instrumentos de Apoio Financeiro

## Abstract

*Tourism activity has an undeniable role in today's world. In this context, tourism is seen as a possibility to face up problems that rural areas are going through. Thus, this activity usually constitutes one of the vectors in development strategies thought for this areas, despite sometimes too much expectations are created.*

*The new tourist preferences, that enhance traditions, landscapes, leisure, contribute to the emergence of rural areas as promising tourism destinations. In Portugal, the designated Tourism in Rural Spaces (TER) exploits resources associated to the rural way of living, offering lodging and other activities (restoration, animation), framed in natural, historical and cultural landscapes. The development of this activity, satisfying the new tourist preferences, is therefore faced as a good choice for reinforcing the development of rural areas.*

*Portugal recently "woke up" to this reality. When were the first steps in TER given? On what have they consisted in? What financial supports have been given to it? How was the TER evolution? What are the future perspectives? These are the main questions discussed in this paper.*

**Key-words:** Rural Areas, Tourism in Rural Space (TER), TER Modalities, Financial Support Instruments

## Résumé

*L'activité touristique a une importance incontestable dans l'actualité. Dans ce sens, le tourisme est vu comme une possibilité pour faire face aux problèmes que les espaces ruraux connaissent. Il est ainsi fréquent de voir cette activité constituer l'un des vecteurs des stratégies de développement envisagées pour ces espaces, bien que parfois il se craie d'excessives expectatives.*

*Les nouvelles préférences touristiques, qui valorisent les traditions, les paysages, les loisirs, contribuent à l'émergence des espaces ruraux comme destinations touristiques prometteuses. Au Portugal, le dénommé Tourisme en Espace Rurale (TER) exploite les ressources associées au mode de vie rural, proposant une offre d'hébergement accompagné d'autres activités (restauration, animation) et le tout encadré par des paysages naturels, historiques et culturels. Le développement de cette activité, satisfaisant les nouvelles préférences touristiques, est ainsi envisagé comme un bon choix pour aider au développement des espaces ruraux.*

*Le Portugal s'est éveillé récemment à cette réalité. Quand ont été donnés les premiers pas vers le début du TER ? Et comment ont été développés ces efforts ?*

*Quels sont les appuis financiers concédés ? Quelle évolution a subit le TER? Quelles sont les perspectives pour le futur ? Ce sont les principales questions abordées dans cet article.*

**Mots-clés :** Espaces Rurales, Tourisme en Espace Rurale (TER), Modalités de TER, Instruments d'Appui Financière

## 1. Importância estratégica do turismo

“A história do homem está intimamente ligada às deslocações e às viagens, que desde sempre foram uma constante ao longo das várias épocas, motivadas pelas mais diversas razões. No princípio, antes da prática da agricultura e do sedentarismo, era a viagem realizada por razões de sobrevivência; na Antiguidade Clássica a viagem para lazer, realizada pelas classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano, que tinham uma residência na cidade e outra no campo; durante as Cruzadas, a viagem por motivos religiosos; com os Descobrimientos, a viagem por motivos comerciais e de expansão territorial; actualmente é a viagem para fugir ao *stress* diário, para enriquecimento cultural, por simples curiosidade, por motivos profissionais” (Luís, 2001: 12).

Actualmente, o turismo constitui um dos traços marcantes da civilização, sendo mesmo reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 24) como liberdade que assiste a todos os indivíduos<sup>1</sup>.

As necessidades de lazer e turismo encontram-se tão enaltecidas que se fala no nascimento de um novo homem: o *Homo turisticus* ou *Homo viajor*, produto da sociedade de consumo de massa da pós-modernidade – “caótica, efémera, fragmentária, descontínua, transitória, fugaz, lúdica, espectacular, simulada” (o turismo alimenta quase todas estas categorias) (Rodrigues, 1997: 82).

David Humpreys advoga mesmo a emergência de uma “*Idade da Viagem*”, tal como se fala numa Idade da Agricultura, da Indústria ou da Electrónica (*in* Cunha, 1997: 61). Trata-se da viagem turística como forma de fuga ao *stress* do dia a dia e com o intuito de conhecer novas terras e culturas, para enriquecimento pessoal.

Espera-se assim que, no século XXI, o Turismo seja um dos sectores estratégicos do mundo, um dos “Três Super Serviços” (os outros serão as Telecomunicações e as Tecnologias de Informação). A Organização Mundial de Turismo afirma mesmo que o turismo será “a principal actividade económica no globo”, pelo menos

---

<sup>1</sup> Embora ainda se encontre no plano teórico e de princípio, pois só uma parcela reduzida da população mundial a ele tem acesso, essencialmente dos países desenvolvidos.

nos dois primeiros decénios do século XXI – a fazer crer nas taxas de crescimento estimadas (Silva, 2001).

Hoje em dia a importância das viagens e do turismo é inequívoca; assim o provam os números (relativos ao ano de 1999) (WTTC, 2000):

- são responsáveis, directa e indirectamente, por 11.7% do Produto Interno Bruto Mundial, a que corresponde 3.5 triliões de dólares americanos;
- concentram 8% do emprego mundial (200 milhões de postos de trabalho), prevendo-se que, durante esta década, suporte a criação de 5.5 milhões/ano de novos postos de trabalho (1/3 do emprego é gerado na própria actividade, o restante resulta do seu efeito noutros sectores, nomeadamente no comércio e construção civil);
- até 2010 prevê-se que sejam responsáveis pela criação de 5.5 milhões de novos empregos ao nível mundial.

Em Portugal a actividade turística “representa cerca de 8% do PIB e nela trabalham directa e indirectamente cerca de meio milhão de portugueses” (Guerreiro, 2001: 39).

A actividade turística é relevante “não só na geração de um valor acrescentado importante, como também na capacidade de motivar por arrastamento o desenvolvimento de outras actividades económicas, como por exemplo, a construção civil, os transportes, as indústrias de têxteis e de mobiliário, a agricultura, etc.” (Silva e Silva, 1998: 47). Ou seja, o consumo turístico gera um efeito multiplicador, com repercussões económicas para além do momento em que se realiza e em sectores relacionados ou não com o turismo (Luís, 2001: 32).

Deste modo, os Estados estimulam o turismo, verificando-se mesmo um excepcional optimismo, na medida em que se crê no importante papel desta actividade no processo de desenvolvimento económico de uma qualquer área. Hoje o turismo é encarado como um vector de desenvolvimento, possibilitando a diversificação da economia regional.

Contudo, é necessário salientar que não constitui panaceia para todos os problemas e não oferece as mesmas possibilidades para todas as regiões. Aliás, como refere Cunha (1997: 285), “há que saber fugir às fáceis tentações de transformar o turismo num mito ou numa panaceia e saber determinar a verdadeira ou mais conveniente vocação turística de cada região que, por sua vez, determinará a dimensão e importância que pode assumir no seu desenvolvimento”.

Assumindo estes preceitos, “o turismo pode proporcionar um maior valor acrescentado a espaços com património natural e sócio-cultural. Sem ele, algumas áreas rurais, por exemplo, estariam condenadas ao abandono humano e empobrecimento; com ele, os valores existentes permitem a geração de riqueza, garantindo-lhes uma valência económica que, de outro modo, não existiria” (Luís, 2001: 34).

O turismo é, assim, encarado com particular expectativa nas áreas rurais, actualmente sujeitas a um processo de perda populacional e desvitalização socioeconómica.

Em abono da verdade, o turismo rural parece ter um potencial apreciável no quadro actual em que emergem novas preferências. Ele insere-se<sup>2</sup> no designado turismo dos três “L” - Lore, Landscape and Leisure -, que tende a fazer frente ao massificado turismo dos três “S” - Sun, Sea and Sand.

## 2. Conceitos de turismo rural e turismo no espaço rural (TER)

O conceito de turismo rural não tem em conta apenas um critério geográfico, mas sobretudo a especificidade da oferta, ligada à exploração dos recursos associados ao modo de vida rural.

Na verdade, nem toda a oferta localizada em áreas ditas rurais<sup>3</sup> apresenta as características necessárias para caber no denominado “turismo rural”. O caso de produtos turísticos importantes como praias, termas, santuários religiosos, etc., ainda que localizados em espaços “não urbanos”, não fazem parte do conceito de turismo rural (apesar de poderem existir recursos associados ao modo de vida rural, não constituem a essência da oferta, mas antes, apresentam-se como complementos).

Em Portugal foi adoptada a designação Turismo no Espaço Rural (TER), que abrange um amplo conjunto de modalidades (DGDR, 2000):

- Turismo de Habitação – “O serviço de hospedagem de natureza familiar, prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente, os solares e casas apalaçadas”;
- Turismo Rural – “O serviço de hospedagem prestado a turistas em casas rústicas particulares, utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, possuidor ou legítimo detentor e que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integram na arquitectura típica regional”;
- Agroturismo – “O serviço de hospedagem prestado a turistas em casas particulares integradas em explorações agrícolas, que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável das casas e empreendimentos”;

<sup>2</sup> Juntamente com outros, como o turismo cultural, de natureza, desportivo/de aventura, de saúde, etc..

<sup>3</sup> Há que não esquecer as dificuldades inerentes à própria definição de rural e urbano.

- Turismo de Aldeia – “O serviço de hospedagem prestado num empreendimento composto por um conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, legítimos possuidores ou detentores. Estas casas devem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local. Deve ser explorado por uma única entidade, em aldeias históricas, em centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético, e paisagístico tradicional da região”;
- Casas de Campo – “As casas particulares e as casas de abrigo situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria. Estas casas devem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situam”.
- Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rurais – “(...) empreendimentos rústicos no espaço rural”.

Com o conceito de TER pretende-se definir um produto completo e diversificado que integra não só a componente de alojamento, já mencionada, mas a restauração, animação e lazer. Todos estes elementos se baseiam “no acolhimento hospitaleiro e personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitectura, do folclore, e da história” (Idem).

Assim, “esta actividade tem como objectivo essencial, oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado” (Idem).

### **3. Os primeiros passos do Turismo no Espaço Rural em Portugal**

Em Portugal o TER é relativamente recente. Apenas em meados dos anos 70 foi considerado no âmbito de um plano nacional para o turismo, de médio prazo (1977-80), que visava “a orientação dos fluxos para as regiões mais desfavorecidas e para os espaços rurais (...) e a procura de novas formas de alojamento, inclusive o alojamento em casas particulares localizadas em regiões rurais” (Cavaco, 1999b: 283). No entanto, este documento não foi aprovado pelo Parlamento.

No início da década de 80, o Estado criou regimes de incentivos financeiros para o turismo (bonificações das taxas de juro dos financiamentos, por exemplo) e um sistema de incentivos a novos investimentos de relevância turística (SIIT). De modo a garantir o acesso a estes apoios, em 1983, foi reconhecida a “utilidade

pública” do turismo rural. Todavia, só em 1984 seria consagrado legalmente<sup>4</sup>, mas apenas numa das suas modalidades, o Turismo de Habitação<sup>5</sup>.

Em 1986 foram diferenciadas algumas das actuais modalidades do TER<sup>6</sup>: turismo de habitação, turismo rural e agroturismo. Em 1989, acrescentou-se à lista o hotel rural e, em 1997, o turismo de aldeia e as casas de campo.

#### 4. Apoio financeiro do Turismo no Espaço Rural

O Estado tem sido o grande impulsionador do TER, na medida em que lhe tem vindo a conceder apoios financeiros fundamentais.

Entre os principais instrumentos de apoio financeiro destacam-se os específicos para o turismo, como o Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento Turístico (SIFIT), ou instrumentos intersectoriais, como o Sistema de Incentivos Regionais (SIR), o Programa de Ligação entre Acções de Desenvolvimento Rural (LEADER), o Regime de Incentivos às Microempresas (RIME), o Programa INTERREG (de Cooperação Transeuropeia), entre outros, de apoio à implementação das opções da política de turismo.

No Programa Operacional da Economia (POE), com um período de vigência de 2000 a 2006, estão previstos um conjunto de novos instrumentos de apoio financeiro com implicações no TER, como o Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE) e o Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).

Os projectos enquadráveis no SIFIT<sup>7</sup> são classificados por grupos, de acordo com o tipo de projecto turístico a desenvolver, o que determina os subsídios a atribuir. Os empreendimentos nas várias modalidades de TER estão inseridos no Grupo IV, em que as comparticipações vão de 35% a 50%<sup>8</sup>. Dez anos é o período mínimo de funcionamento da unidade de alojamento, e é também o prazo de reembolso do dinheiro, com três anos de carência (Cavaco, 1999a: 145).

De referir ainda que, o SIFIT considera como Zonas Potenciais de Desenvolvimento Turístico (ZPDT), os territórios objecto de Programas de Recuperação e Desenvolvimento Integrado (PPDR)<sup>9</sup> e as áreas protegidas. Os projectos aí loca-

<sup>4</sup> Decreto Lei nº 251/84, de 25 de Julho.

<sup>5</sup> Com algumas lacunas pois como Joaquim (1999: 307) refere devido às ambiguidades deste decreto, em plena Lisboa era possível encontrar Turismo de Habitação em funcionamento.

<sup>6</sup> Decreto Lei nº 256/86, de 27 de Agosto, substituído pelo Decreto Lei nº 169/97, de 4 de Julho.

<sup>7</sup> SIFIT I (1987-91); SIFIT II (1992-93); e SIFIT III (1994-1999).

<sup>8</sup> Hotéis Rurais: 50%; Turismo de Aldeia: 45%; Modalidades mais tradicionais de TER: 35% a 45%, consoante as situações de ausência, ou não, de declaração de interesse arquitectónico e histórico ou cultural do edifício; e Parques de Campismo Rurais: 40% (Cavaco, 1999b: 287).

<sup>9</sup> Exemplo da região do Douro, precisamente por estar ao abrigo do Programa de Desenvolvimento para o Douro (PRODOURO).

lizados têm um enquadramento imediato, beneficiando de um aumento da comparticipação em 5% (Cavaco, 1999b: 286).

O SIR<sup>10</sup> constitui outro dos apoios ao TER, mais concretamente às modalidades de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e hotéis rurais. Ele contempla “projectos de investimento em capital fixo avaliado, a preços correntes, em mais de 20.000 e menos de 100.000 contos, e para determinadas regiões do Continente, em função do seu nível de desenvolvimento sócio-económico, apreciado à escala municipal” (Idem: 288).

Os incentivos concedidos por este Sistema “assumem a forma de subsídios a fundo perdido (entre 30% a 70% do investimento elegível até 80.000 contos) e mista, combinando este com subsídios reembolsáveis (70% do investimento elegível que excede 80.000 contos), a taxa de juro zero, com reembolso de 4 a 8 anos e período de carência de 1 a 5 anos” (Idem: 288).

Santos (2001: 86-87) refere que o SIR “apoiou 249 projectos de TER, a maior parte na categoria Turismo Rural (muito mais de metade) e no outro extremo, com um valor muito pouco expressivo estão os Hotéis Rurais e numa faixa intermédia o Turismo de Habitação e o Agroturismo. O total de investimento foi de cerca de 14 milhões de contos, que tiveram como incentivo atribuído 6.8 milhões de contos repartidos pelas várias tipologias. Os distritos de Braga, Viseu, Viana do Castelo, Porto, Vila Real consomem mais de 50% do total do incentivo atribuído”.

O LEADER é uma Iniciativa Comunitária que tem apoiado o turismo rural. No LEADER I (1991-94), o turismo rural representou 46% (990) do total de projectos aprovados e 56% do financiamento (cerca de 9 milhões de contos) ao nível nacional, sendo responsável por 819 dos 947 postos de trabalho criados (Fermisson, 2000: 57).

À falta de dados compilados para todo o período de vigência do LEADER II (1994-1999), refira-se que, só no ano de 1999, a Sub-área do Turismo em Espaço Rural (inserida na Área de Apoio à Diversificação das Actividades Económicas – uma das oito áreas do LEADER) recolheu quase 6 milhões de contos de investimento no País (24% do total) (DGDR, 1999).

No RIME<sup>11</sup>, também uma Iniciativa Comunitária, o TER foi uma das actividades consideradas prioritárias. Este Regime destinou-se a investimentos em capital fixo até 20.000 contos e com pelo menos 20% de capitais próprios. Tratou de “incentivos ao investimento e de incentivos à criação de postos de trabalho, podendo assumir a forma de subsídio a fundo perdido para o investimento (40% do investimento elegível) e para a criação de emprego (12 vezes a remuneração míni-

<sup>10</sup> Em vigor entre 1994 e 1999, mas esteve suspenso durante o ano de 1998.

<sup>11</sup> Criado em 1995, terminou em 1999.



ma nacional mais elevada garantida por lei por cada novo posto de trabalho criado, ou seja, preenchido pelo menos durante 4 anos, e 18 vezes no caso de deficientes); o valor acumulado dos incentivos não pode todavia ultrapassar 80% das despesas de investimento elegíveis, excepto no caso de empresas criadas por desempregados” (Cavaco, 1999b: 290).

O INTERREG é outra Iniciativa Comunitária que tem apoiado o turismo; começou em 1991, com o INTERREG I (até 1993); o INTERREG II abrangeu o período 1994-1999 e hoje está em vigor o INTERREG III (2000 a 2006).

No INTERREG I, o Sub-Programa 6, Acções de Cooperação Transfronteiriça, prestou auxílio a regiões de turismo e ao desenvolvimento turístico em geral. No INTERREG II, o Sub-Programa 1, Desenvolvimento Sócio-económico, contemplou uma medida específica de dinamização e cooperação empresarial e turística.

Para o período de 2000-2006, destaca-se sobretudo a vertente A do Programa, designada Cooperação Transfronteiriça, que pretende “o desenvolvimento de um turismo de qualidade e respeitador do ambiente (incluindo turismo rural)” e o “fomento e criação de produtos turísticos alternativos, como o turismo rural” (IFT, s.d.).

Por último, importa referir os novos instrumentos de apoio ao TER, enquadrados no POE, para o período de 2000 a 2006.

O SIPIE apoia projectos cujo investimento elegível seja no mínimo de 15.000 euros e no máximo de 150.000 euros. O incentivo é de 40% do investimento (despesas elegíveis) (Paquete, 2000: 19). Tem como objectivos: “o reforço da capacidade técnica e tecnológica, a modernização das estruturas físicas e a criação de empregos qualificados” (Ministério da Economia-Direcção Geral de Turismo, 2002: 139). Desde a sua criação em 2000, até ao final de 2001, foram aprovados 13 projectos numa das suas áreas de actuação, designada “Parques de Campismo e Outros Locais de Alojamento”, em que se incluiu o TER, o que representou 300.000 contos de investimento (representa 2.7% do total de projectos aprovados e 3.2% do total de investimentos realizados através deste Sistema) (Idem: 143).

O SIME refere-se a projectos cujo investimento elegível seja superior a 150.000 euros, no caso das PME’s, ou superior a 600.000 euros, no caso das grandes empresas (Paquete, 2000: 19). Tem como objectivos: “promover junto das empresas abordagens integradas de investimento que se insiram na estratégia de desenvolvimento e de reforço da competitividade do sector; estimular a intervenção em factores estratégicos não directamente produtivos” (Ministério da Economia-Direcção Geral de Turismo, 2002: 140).

Desde a sua criação em 2000, até ao final de 2001, foram aprovados 9 projectos na área denominada “Parques de Campismo e Outros Locais de Alojamento”, em que está inserido o TER, o que representou 1 milhão de contos de

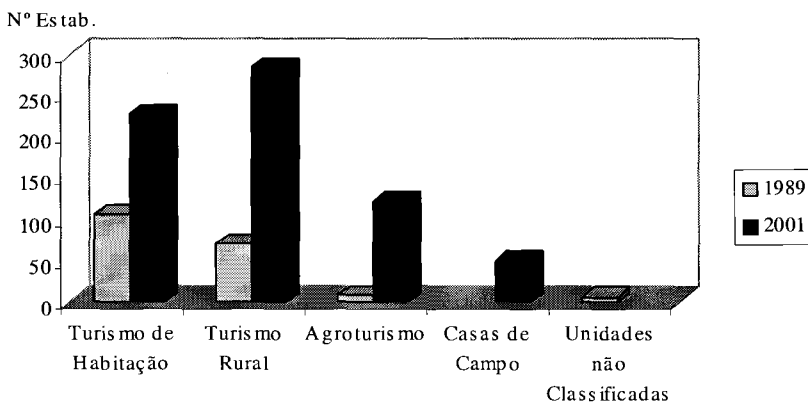
investimento (14.8% do total de projectos aprovados e 2.2% do total de investimentos realizados por este Sistema) (Idem: 144-145).

## 5. Evolução do Turismo no Espaço Rural (1989-2001)

O enquadramento e apoios que têm sido dados ao TER, proporcionaram-lhe condições para crescer consideravelmente. Em 1989 existiam 197 unidades de TER em Portugal, em 2001 o número subiu para 685. As dormidas acompanharam a evolução, registando-se um aumento de 618% entre 1989 e 2001 (DGT, 1989 e 2001).

Em 1989, o turismo de habitação era a principal modalidade (107 estabelecimentos - 54% do total), seguido do turismo rural (72 estabelecimentos - 37%). Em 2001, as duas modalidades concentravam três quartos do total de unidades TER, mas o turismo rural ocupava já a primeira posição (284 estabelecimentos - 42% do total, face aos 228 estabelecimentos do turismo de habitação - 33%) – figura 1. O agroturismo constituía a terceira modalidade apenas com 10 estabelecimentos em 1989 (5% do total) e 122 em 2001 (18%). Trata-se de unidades que têm de estar integradas numa exploração agrícola em plena actividade oferecendo aos turistas a possibilidade de participar nos trabalhos da própria exploração. A modalidade “casas de campo” é ainda bastante recente e está pouco difundida, existindo apenas 51 estabelecimentos em 2001 (7% do total).

**Figura 1 – Número de Estabelecimentos por Modalidades de TER em Portugal (1989 e 2001)<sup>12</sup>**



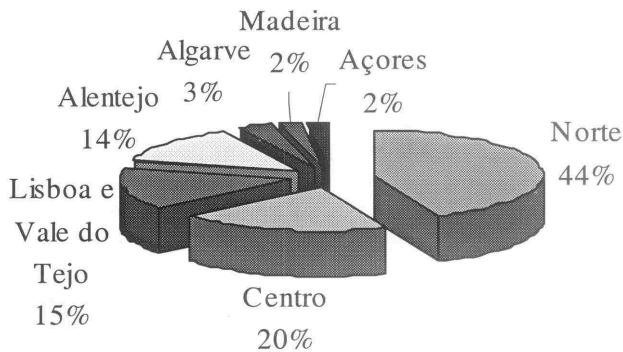
Elaborado a partir de: DGT, 1989 e 2001

<sup>12</sup> Os dados estatísticos, resultam de um inquérito da Direcção Geral de Turismo apenas às modalidades apresentadas no gráfico. Portanto, não foram inquiridos os empreendimentos de Turismo de Aldeia, nem os hotéis rurais e parques de campismo rurais.

No que se refere à distribuição pelo país, a Região Norte é sem dúvida a mais importante, com 44% do total de unidades de TER. A segunda posição é ocupada pela Região Centro (20%) e, com valores semelhantes, estão Lisboa e Vale do Tejo e o Alentejo (respectivamente, 15% e 14%) (figura 2).

Na distribuição das várias modalidades por NUT, em Portugal Continental (figura 3) verifica-se que nas regiões Norte e Centro, as principais modalidades são o turismo rural e o turismo de habitação. Em Lisboa e Vale do Tejo a situação é semelhante, mas o turismo de habitação é ligeiramente superior ao turismo rural. O Alentejo é a região em que o agroturismo constitui a principal modalidade de TER. No Algarve, do reduzido número de unidades destaca-se o turismo rural.

Figura 2 – Estabelecimentos de TER por NUT II (2001), %



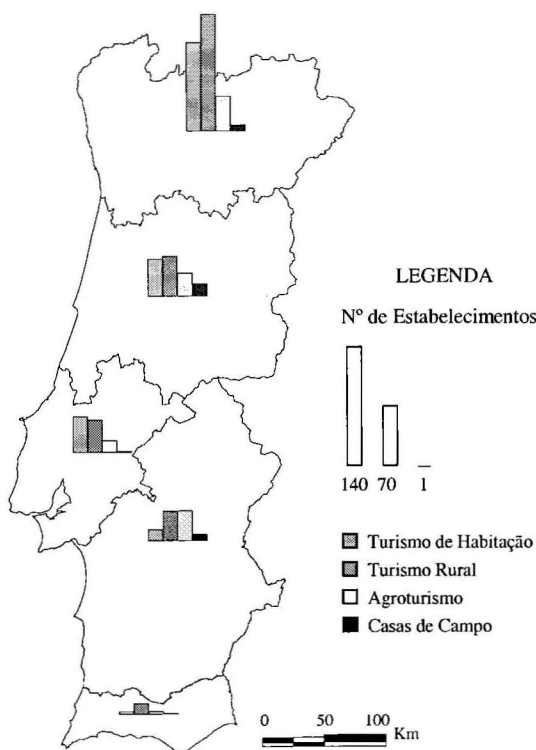
Elaborado a partir de: DGT, 2001

## 6. Considerações finais

A recente preferência por férias repartidas “tem provocado um acréscimo das estadias de curta duração à escala regional, tendo como destinos áreas urbanas e rurais de maior acessibilidade, com preferência para estas últimas” (Baltazar e Garcia, 1999: 1). “Em Portugal, esta situação é instigada, nomeadamente, pelas instituições governamentais com competência no Turismo, através dos *slogans* publicitários: “Vá para fora cá dentro” ou “Faça uma escapadinha de 3 dias”” (Luís, 2001: 24).

A provar este crescente interesse pelas áreas rurais estão os resultados de um estudo sobre os destinos dos portugueses para o gozo de férias, em 2001, realizado pela Direcção Geral de Turismo (DGT) e recentemente veiculado pela comunicação social.

**Figura 3 – Número de Estabelecimentos nas Modalidades de TER, por NUT II (2001)**



Elaborado a partir de: DGT, 2001

O estudo concluiu que o Algarve deixou de ser o destino principal procurado pelos portugueses em férias (26.7%), sendo preterido pelo Porto e o Norte (27%). Um técnico da DGT refere que “o Minho foi a região que mais contribuiu para este crescimento. É uma zona com boas alternativas em termos de turismo rural e habitação, o que poderá estar na origem desta mudança” (Pinto e Martinheira, 2002: 26).

No entanto, há que salientar que o TER comporta ainda “níveis de procura muito inferiores aos dos restantes meios de alojamento recenseados (1.1% do total da procura interna e 0.9% do total da procura externa em 2000)” (Ministério da Economia-Direcção Geral de Turismo, 2002: 62-63). Portanto, os meios de alojamento preferidos ainda continuam a ser os da hotelaria tradicional<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Entenda-se, hotéis (de 1 a 5 estrelas), hotéis-apartamento (de 2 a 5 estrelas), motéis (2 e 3 estrelas), albergarias, pensões (de 1ª, 2ª e 3ª), apartamentos e aldeamentos turísticos.

Sem que seja possível fazer futurologia, pode dizer-se que a tendência actual parece ser de crescimento do TER, no actual quadro de evolução do Turismo dos três “L”. Ou seja, a procura deverá aumentar, mas este tipo de turismo tende a permanecer “não massificado”, devido à própria dimensão das unidades de alojamento (um máximo de 30 quartos no caso dos hotéis rurais) e seu isolamento ou dispersão territorial (traduz-se numa capacidade insuficiente para contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais em que se inserem).

Esta situação não impede que em algumas áreas possam existir fenómenos de massificação. O caso da região do Douro, por exemplo, com a recente classificação de Património da Humanidade, atribuída pela UNESCO, pode dar azo a que algumas áreas sofram os impactos negativos decorrentes de uma massificação do TER. Este desfecho é mais provável se não tiverem sido pensadas e concretizadas premissas de sustentabilidade nos projectos de TER.

Por outro lado, actualmente é nota dominante não apenas o isolamento das unidades entre si, mas em relação aos restantes elementos que compõem o TER, como a restauração e actividades de animação diversas. Em termos futuros interessa pois, potenciar a coordenação entre esses vários elementos, nomeadamente, através da “criação de estruturas que centralizem reservas, que reforcem a promoção conjunta e que garantam o controlo de qualidade” (Ministério da Economia-Direcção-Geral de Turismo, 2002: 63).

O TER, mesmo com fraca expressão e pouco significado na base económica das comunidades locais onde se desenrola e no cômputo da procura turística em Portugal, apresenta, no entanto, aspectos positivos que não devem (não podem!) ser negligenciados. Como Cavaco (1999a: 145) defende, o TER “não deixa de ser importante para uma ou outra família, atenuando o êxodo, o envelhecimento e a degradação social ao nível dos lugares e das aldeias que foram privilegiados por tais promotores”.

## Bibliografia

- BALTAZAR, Sofia e GARCIA, Ângela, “A “Nova Geografia” do Turismo”, in *Actas do VIII Colóquio Ibérico de Geografia*, Lisboa, 1999.
- CAVACO, Carminda (1999a), “O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros”, in *Desenvolvimento Rural – Desafios e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 50, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 135-148.
- CAVACO, Carminda (1999b), “O Turismo Rural nas Políticas de Desenvolvimento do Turismo em Portugal”, in *Desenvolvimento Rural – Desafios e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 50, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 281-292.
- CUNHA, Licínio (1997), *Economia e Política do Turismo*, McGraw-Hill, Lisboa, 1997, pp. 350.
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (1989), *Estatísticas do Turismo*.
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (2001), *Estatísticas do Turismo*.
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (2002), *Turismo em Portugal: Política, Estratégia e Instrumentos de Intervenção – O Turismo Sustentável e de Qualidade com Empresas Modernas e Competitivas*, Ministério da Economia, Lisboa, pp.139-145.

- DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL (1999), *Relatório de Execução Anual do LEADER II 1999, Vol I*, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL (2000), *Turismo no Espaço Rural* ([www.dgdrural.pt/diversificacao/turismo.html](http://www.dgdrural.pt/diversificacao/turismo.html)).
- FERRISSON, João (2000), "A Revitalização de Áreas Rurais no Interior Português: Desafios e Possibilidades de Integração Territorial", in *Geolnova*, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, nº1, pp. 51-60.
- GUERREIRO, Sérgio (2001), "Turismo em Espaço Rural: Políticas e Perspectivas de Desenvolvimento", in *Turismo no Espaço Rural*, Associação Portuguesa de Management e Associação dos Amigos de Pereiros, Vida Económica, Porto, pp.37-46.
- INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO TURISMO (s.d.), *INTERREG III* ([www.ifturismo.min-economia.pt](http://www.ifturismo.min-economia.pt))
- LUÍS, Esmeralda (2001), *Turismo e Desenvolvimento do Espaço Rural: o caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião*, Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- PAQUETE, António (2000), "QCA III: POE, Turismo e Hotelaria", in *Hotéis de Portugal*, Novembro/Dezembro, pp. 18-22.
- PINTO, Ilídia e MARTINHEIRA, Paula (2002), "Férias dos Portugueses em 2001: Turistas Preferem o Norte", in *Diário de Notícias*, 12 de Junho, Lisboa.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (1997), *Turismo e Espaço - Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar*, Editora Hucitec, São Paulo.
- SANTOS, Emanuel Marques dos (2001), "Apoios Financeiros ao Turismo em Espaço Rural", in *Turismo no Espaço Rural*, Associação Portuguesa de Management e Associação dos Amigos de Pereiros, Vida Económica, Porto, pp. 83-90.
- SILVA, J. Amado da e SILVA, J. Sancho (1998), "A Importância do Turismo na Economia", in *Economia e Prospectiva*, Vol. I, nº 4, Janeiro/Março, 1998, pp. 45-59.
- SILVA, Sancho (2001), "O Turismo como Sector Estratégico", in *Turismo no Espaço Rural*, Associação Portuguesa de Management e Associação dos Amigos de Pereiros, Vida Económica, Porto, pp. 103-115.
- WORLD TOURISM AND TRAVEL COUNCIL WTTC (2000), "II Cimeira Mundial de Turismo e Viagens", in *Gente e Viagens*, nº 57, Lisboa.